

PLANO DIRETOR DE TIC (PDTIC)

2025 - 2026
Exercício 2025

Secretaria de Tecnologia da Informação

**Fortaleza
2025**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Vice-Presidente

Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato

Corregedora-Geral da Justiça

Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TI (CGTI)

Coordenador

Des. José Tarcílio Souza da Silva

Secretaria de Governança Institucional

Rafaella Ferreira Lopes

Secretário-Geral Judiciário

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

Secretária de Tecnologia da Informação

Denise Maria Norões Olsen

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Gerente de Governança e Arquitetura Corporativa

Vanessa de Sousa Frutuoso

Diretor de Infraestrutura de TI

Cristiano Henrique Lima de Carvalho

Diretor de Tecnologia do PJE

André Luiz Negreiros Nobre

Diretor de Sistemas

Reginaldo Sherman Magalhães Mota

Diretor de Inteligência Artificial e Plataformas Digitais

Rafael Garcia Barbosa

Secretário-Adjunto

Francisco Moacir da Silva Medeiros

Analista Judiciário

Maria Jenny Carleial de Oliveira Gondim

Jordânia de Sousa Gomes

Secretariado

APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC é um instrumento que define as ações de Tecnologia da Informação que apoiam as atividades finalísticas do órgão. Conforme preconizado na nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD/CNJ), o PDTIC, e suas ações componentes, deve estar alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia Nacional de Tecnologia e Comunicação do Poder Judiciário.

Em síntese, os principais pontos apresentados neste documento são:

- Referencial Estratégico de TI;
- Estrutura Organizacional;
- Inventário das Necessidades identificadas no TJCE, que estão relacionadas à área de TI;
- Proposta Orçamentária (anexo);

A elaboração do PDTIC 2025–2026 (exercício 2025) teve como ponto de partida o Plano Estratégico Institucional 2030 e ainda o Plano Diretor 2023-2024. Nesse contexto, o PDTIC propiciará uma agenda de trabalho para que a Secretaria de Tecnologia da Informação – Setin contribua efetivamente no alcance dos desafios vislumbrados pelo TJCE, permitindo que o órgão realize sua missão como instituição .

A partir desta versão trabalharemos as ações do PCTIC anualmente. Cada demanda será priorizada para execução no ano vigente, estando assim em alinhamento com o Plano de Contratações Anual e o Plano Orçamentário Anual.

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC do Poder Judiciário do Estado do Ceará – TJCE com vigência para 2025. O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação para atender às necessidades do TJCE e auxiliá-lo no alcance dos seus objetivos e metas institucionais.

O PDTIC contempla a demanda de aquisições, projetos e ações de TI indispensável para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Trata-se de um instrumento fundamental para que se executem, de forma eficiente, as metas traçadas no Desdobramento da Estratégia da Secretaria de Tecnologia e contribua para o cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão.

Neste sentido, deve-se observar que é indispensável um planejamento que contenha as ferramentas adequadas, bem como as orientações e normativos estabelecidos pelos órgãos de controle, promovendo a otimização dos recursos destinados a TI.

É relevante destacar que o PDTIC é um documento de nível tático, portanto, considera-se que seu caráter é dinâmico, uma vez que poderá ser alterado na medida em que o CGTI assim delibere, já que sua finalidade precípua será a de manter o alinhamento da TI às estratégias e prioridades do TJCE.

Nesse contexto, a Setin percebe a oportunidade de posicionar-se estrategicamente a serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, integrando-se com as outras unidades organizacionais, de forma a contribuir nas ações estratégicas que orientam o TJCE para a consecução de seus objetivos.

2. PARTES INTERESSADAS

- Presidência;
- Comitê de Governança de TI (CGTI);
- Comitê de Governança da Segurança da Informação, de Crises Cibernéticas e de Proteção de Dados Pessoais (CGSICCPDP);
- Comitê de Gestão de TIC (CGETIC);
- Unidades Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense.

3. TERMOS E ABREVIações

Os conceitos relacionados a termos técnicos, convenções e abreviações, mencionados no decorrer deste documento, são apresentados abaixo.

TJCE	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGSICCPDP	Comitê de Governança da Segurança da Informação, de Crises Cibernéticas e de Proteção de Dados Pessoais
CGETIC	Comitê de Gestão de TIC
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology
IN	Instrução Normativa
EQPDTIC	Equipe de Elaboração do PDTIC
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
SETIN	Secretaria de Tecnologia da Informação
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI/MP	Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento

4. METODOLOGIA APLICADA

O Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2025-2026 segue em sua elaboração as diretrizes estabelecidas na Resolução 370, de 28 de janeiro de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação) e no Guia de PDTIC do SISP (v2.1), com as devidas adaptações para as condições existentes no Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando-se ainda o atual nível de maturidade de governança de TI do órgão.

A metodologia utilizada que orienta a construção do PDTIC divide-se em três fases principais: Preparação, Diagnóstico (situação atual) e Planejamento (situação desejada). A primeira fase da elaboração do PDTIC consiste na Preparação, durante a qual são realizadas as atividades correspondentes à organização do projeto de elaboração do PDTIC e às orientações e procedimentos a serem adotados, tais com cronograma, metodologia e documentação, culminando neste Plano de Trabalho. Para tanto, é necessário definir uma Equipe de Elaboração do PDTIC. Como subsídio também para a Elaboração do PDTIC são utilizados os processos do Ciclo de Vida do Plano de Diretor de TIC. Os processos referentes ao PDTIC encontram-se publicados no portal de internet (<https://www.tice.jus.br/central-conhecimento/processos-detecnologia-da-informacao/>).

Na fase de Diagnóstico, são identificadas a situação da TI e as necessidades e demandas do Poder Judiciário que precisam ser atendidas. Para isso, a equipe de elaboração do PDTIC revisa os materiais produzidos durante a elaboração do Plano Estratégico do órgão e os resultados alcançados na vigência do PDTIC anterior. Além disso é realizado o levantamento das demandas de TIC que são entregas de projetos estratégicos, assim como outras atividades já priorizadas pela Gestão. Após o Diagnóstico, executa-se a fase de Planejamento. Nela, as necessidades previamente identificadas e elencadas no Inventário de Necessidades têm a sua prioridade estabelecida, para posterior definição de responsáveis, ações e prazos para o seu atendimento. Desse

inventário são criados planos específicos como o Plano de Contratações, o Plano Orçamentário e o Plano de Gestão de Riscos. Ao final de todas essas etapas temos como produto a Portaria de instituição do Plano Diretor de TIC e o Documento consolidado do PDTIC 2025-2026. Ambos os documentos são publicados na internet após as devidas validações e aprovações.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Estes são os Princípios e Diretrizes que norteiam a concepção do PDTIC:

- Monitorar todos os serviços e processos de TI críticos para a organização (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados).
- Sempre que possível, fazer uso de boas práticas de governança, usando documentos estabelecidos como COBIT e ITIL.
- Alinhar as ações com a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) - Resolução nº 370, de 20 de janeiro de 2021, do CNJ.
- Alinhar as ações com a estratégia institucional (Plano Estratégico TJCE 2030 - RESOLUÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL Nº 07/2021 – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- Alinhar as ações com o mapa de contribuição setorial (incluindo indicadores, metas e objetivos de contribuição da Setin).
- Fornecer recursos e serviços de TI às áreas de negócio de maneira a maximizar os benefícios e minimizar os riscos, sempre alinhados à estratégia organizacional.
- Elaborar o Plano de Contratações de TIC do órgão no exercício anterior ao ano de sua execução, em harmonia com o PDTIC e a Resolução nº 24/2021 que Institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Ceará.
- Utilizar a Resolução nº 468, de 15 de julho de 2022, do Conselho Nacional de Justiça, como base nas contratações de TIC.

6. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O PDTIC segue as diretrizes, padrões, normas e orientações de políticas do TJCE, como também de políticas governamentais de conhecimento público. Abaixo são apresentados os documentos de referência que servem como material de apoio e consulta na elaboração do Plano:

DR1	Resolução nº 007/2021 do TJCE - Plano Estratégico 2030: Documento que contém a missão, visão e valores, mapa estratégico, perspectivas e objetivos estratégicos que definem as diretrizes institucionais do TJCE.
DR2	Portaria nº 2351/2024 do TJCE: Institui os Indicadores e Metas do Desdobramento do Plano Estratégico 2030 para a Secretaria de Tecnologia da Informação.
DR3	Resolução nº 468/2022 do CNJ: Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ.
DR4	Resolução nº 185/2013 do CNJ: Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
DR5	Resolução nº 021/2024 do TJCE: Altera a Resolução do Órgão Especial nº 15/2023, de 6 de julho de 2023, que regulamenta a Política de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário.
DR6	Resolução nº 06/2024 do TJCE: Altera a Resolução do Órgão Especial nº 30/2019, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
DR7	Resolução nº 325/2020 do CNJ: Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

DR8	Resolução nº 331/2020 do CNJ: Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - Datajud.
DR9	Resolução nº 335/2020 do CNJ: Institui a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br.
DR10	Resolução nº 345/2020 do CNJ: Dispõe sobre o Juízo 100% Digital.
DR11	Resolução nº 360/2020 do CNJ: Dispõe sobre o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas.
DR12	Resolução nº 361/2020 do CNJ: Dispõe sobre o Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos.
DR13	Resolução nº 362/2020 do CNJ: Dispõe sobre o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos.
DR14	Resolução nº 363/2020 do CNJ: Dispõe sobre a Adequação à LGPD.
DR15	Resolução nº 370/2021 do CNJ: Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
DR16	Resolução nº 372/2021 do CNJ – Dispõe sobre o Balcão Digital.
DR17	Plano Plurianual – Governo do Estado do Ceará - Programa 500: Gestão e Manutenção do TJ / Programa 036: Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional.
DR18	Lei Orçamentária Anual – Governo do Estado do Ceará - Orçamento Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
DR19	Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019: Ministério da Economia - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

DR20	Guia de Elaboração de PDTI do SISP – Versão 2.1 beta – 2021: Tem por finalidade disponibilizar informações para auxiliar a elaboração de um PDTIC.
DR21	COBIT: Modelo de controle para governança de TI atualizado e internacionalmente reconhecido para ser adotado por organizações e utilizado no dia a dia por gerentes de negócios, profissionais de TI e profissionais de avaliação.
DR22	ITIL: Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação.
DR23	Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
DR24	Resolução nº 24/2021 do TJCE - Política de Governança das Contratações Públicas: Documento que contém os princípios, diretrizes, instrumentos e mecanismos que norteiam as contratações públicas do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
DR25	Resolução nº 05/2022 - Plano Anual de Contratações do Poder Judiciário Cearense: Documento que dispõe sobre a elaboração, divulgação e acompanhamento do Plano Anual de Contratações no âmbito do Poder Judiciário Cearense.

7. REFERENCIAL ESTRATÉGICO

A priorização dos projetos estratégicos e iniciativas, além do planejamento de contratações e de recursos humanos constantes neste PDTIC foram realizadas em consonância com os Objetivos e Resultados-Chave (OKRs) do desdobramento do Plano Estratégico 2030 para a Secretaria de Tecnologia da Informação, o qual procurou alinhar os objetivos estratégicos da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) aos objetivos estratégicos do TJCE, constantes no Plano Estratégico TJCE 2030, conforme apresentado no Painel de Contribuição a seguir.

7.1. Painel de Contribuição - Setin



7.2. Matriz Swot da TI Organizacional

AMBIENTE INTERNO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ol style="list-style-type: none"> Gestão Estratégica, embora haja dificuldade na definição de prioridades; Boa equipe para resolução de problemas (qualificação e conhecimento); Definição/mapeamento de processos; Oferta ao usuário de diversos de canais de comunicação para manutenção do atendimento durante o trabalho remoto; Engajamento/comprometimento das equipes na construção de soluções às necessidades do Judiciário; Boas propostas e soluções de TI; Gestão Orçamentária/Financeira, embora necessite aperfeiçoamentos (sistema em detrimento do processo manual); Capacidade de levantamento de requisitos, 	<ol style="list-style-type: none"> Ausência do desdobramento de indicadores para o nível operacional; Gestão de processos; Baixa capacidade/acuracidade no planejamento das demandas contratuais e financeiras; Gestão de Problemas a ser aperfeiçoada (não confundir requisições com os problemas); Não planejamento/mensuração da capacidade de planejamento e priorização das mudanças; Baixa/insuficiente comunicação, interação e integração entre as áreas de TI (dentro da própria Setin); Falta de capacitação para todos em Segurança da informação (conhecimento

mesmo quando a área de negócios não tem domínio sobre a necessidade.	técnico);
9. Portal Peticionamento Eletrônico Judicial disponível 24h;	8. Gestão de demandas não executada e monitorada, o que não garante que aquelas prioritárias sejam atendidas tempestivamente, bem como minimizando os descumprimentos de SLA;
10. Boa disponibilidade de serviços de infraestrutura e administrativos;	9. Deficiência na comunicação interna sobre situação das ações e projetos envolvendo a TI;
11. Alinhamento com o CNJ na implantação do PJE;	10. Planejamento das contratações não participativo;
12. Consulta processual unificada;	11. Baixa capacidade de comunicação interna e externa;
13. Existência dos fiscais de contratos e gestores dos sistemas;	12. Concorrência de atividades (funcionais X projetos X contratações X demandas priorizadas tempestivamente);
14. Arquitetura de referência definida para novos sistemas;	13. Atendimento e suporte ao usuário (incluindo sistemas) - necessidade de melhoria;
15. Atendimento adequado para chamados mais simples;	14. Baixa qualificação e capacidade de atendimento da Central de TI;
16. Utilização de boas práticas de mercado – ITIL, COBIT, PMBOK, CBOK, CMMI;	15. Pouco/insuficiente tempo investido em inovação;
17. Alto nível de conhecimento e comprometimento dos servidores responsáveis pelos treinamentos;	16. Baixo domínio dos sistemas de terceiros (contratados/doados) pelas equipes internas do TJCE;
18. Elaboração e monitoramento do Desdobramento da Estratégia;	17. Ausência de métricas para definir a capacidade de trabalho das equipes;
19. Coordenadoria de projetos e núcleo de processos setorial;	18. Frágil estabilidade da infraestrutura tecnológica (previsibilidade do que a área detém ou não para fazer os trabalhos);
20. Coordenadoria de Gestão Administrativa estruturada;	19. Não estabelecimento de parceria com as áreas demandantes para a busca de soluções para suas necessidades (institucionalizar como regra; hoje é pontual);
21. Controle individual dos contratos;	20. Ausência de definição da gestão das rotinas de trabalho;
22. Equipe com boa capacitação técnica, coesão e comprometimento;	21. Alocação de projetos para integrantes técnicos que não demonstrem interesse e conhecimento na solução objeto do projeto;
23. Vinculação das metas com a qualificação de pessoal;	
24. Existência de cargos específicos para TI.	
25. Projetos e ações decorrentes do financiamento externo (PROMOJUD-BID).	

	22. Priorização de projetos com prazos estrangulados.
--	---

AMBIENTE EXTERNO	
Oportunidades	Ameaças
<p>1. Aprimoramento da gestão de pessoas (gestão e equipes, motivação/clima organizacional, feedbacks e feedforwards);</p> <p>2. Alinhamento/interface com o CNJ (aproximação);</p> <p>3. Promoção da gestão da Inovação (com implementação de tecnologias inovadoras);</p> <p>4. Capacitar os integrantes das contratações/projetos em seus papéis e atribuições;</p> <p>5. Planejamento das contratações com direcionamento tecnológico;</p> <p>6. Análise de feedback dos usuários para aperfeiçoamento das "entregas";</p> <p>7. Imersão nas áreas de negócio visando soluções de TI para otimização das rotinas de trabalho;</p> <p>8. Capacitação de toda a SETIN no planejamento de contratações e gestão de contratos;</p> <p>9. Capacitar os servidores e definir os processos de gestão nas soluções de TI que são contratadas/adquiridas;</p> <p>10. Aplicar o E-competence Framework na gestão de competências (estamos iniciando a implantação);</p> <p>11. Implantação de banco de boas práticas;</p> <p>12. Formação de gestores de sistemas;</p> <p>13. Fomento e desenvolvimento de atividades relacionadas a Inteligência Artificial – IA;</p>	<p>1. Desconhecimento da potencialidade das informações armazenadas pela TI;</p> <p>2. Baixa qualidade da informação de negócio armazenada;</p> <p>3. Possibilidade de descontinuidade dos serviços prestados por fornecedores;</p> <p>4. Descumprimento contratual da empresa terceirizada;</p> <p>5. Pouca participação das áreas judiciárias e administrativas no desenvolvimento dos sistemas;</p> <p>6. A constante evolução tecnológica em âmbito mundial;</p> <p>7. Imposição de uso de sistemas do CNJ e outros órgãos;</p> <p>8. Aumento de crimes cibernéticos;</p> <p>9. Necessidade de altos investimentos em TI;</p> <p>10. Limitação de recursos orçamentários para investimentos em novos projetos e custeio;</p> <p>11. Aumento do custo de novas tecnologias e atualização constante do parque tecnológico;</p> <p>12. Variação cambial;</p> <p>13. Impossibilidade de previsão de prazos devido à dependência de terceiros;</p> <p>14. Resistência dos usuários em abrir chamados;</p> <p>15. Insuficiência de dados fornecidos pelos usuários na abertura de chamados;</p> <p>16. Má utilização do sistema de abertura de chamados pelos usuários;</p>

<p>14. Definição e implementação da arquitetura de TIC;</p> <p>15. Definição/identificação de riscos e olhar atento sobre a segurança da informação em todas as fases (de processos, sistemas, procedimentos, projetos e ativos);</p> <p>16. Desenvolvimento de ações com foco em inovação;</p> <p>17. Atualização de conhecimentos quanto a novas ferramentas (nivelamento de informações, conhecimentos e procedimentos);</p> <p>18. Desenvolvimento conjunto de soluções em parceria com o CNJ e Tribunais;</p> <p>19. Integração entre sistemas para controle orçamentário e financeiro dos contratos;</p> <p>20. Fortalecimento da gestão de TI junto à administração superior do Poder Judiciário (Comissão de Informática);</p> <p>21. Desenvolver a gestão/inventário dos ativos de TI;</p> <p>22. Estruturação/consolidação de um sistema de gestão da demanda (capacidade de atendimento);</p> <p>23. Reestruturação da TI (forma de trabalhar, liderança, equipes menores em cada projeto, inovações que efetivamente agreguem valor e novas tecnologias, gestão do conhecimento notadamente em novas tecnologias, formação dos gestores e dos demais membros da equipe);</p> <p>24. Definir a gestão das rotinas de trabalho com a utilização das ferramentas disponíveis;</p> <p>25. Implementar os normativos e diretrizes do CNJ relativos à segurança da informação;</p> <p>26. Definir modelos de documentações para contratações (serviços, compras diretas, bens).</p>	<p>17. Baixo interesse dos usuários em conhecer e usar as ferramentas em uso no TJCE;</p> <p>18. Adesão insuficiente da área de negócio no apoio às demandas de TI;</p> <p>19. Possibilidade de atraso no repasse de verbas de financiamento externo;</p> <p>20. Constantes alterações legislativas;</p> <p>21. Necessidade de maior capacidade de entrega das equipes de trabalho. Atualmente a demanda é maior do que a capacidade de entrega;</p> <p>22. Carência de Profissionais especializados no Mercado.</p>
---	--

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI

A Setin é a Secretaria responsável por organizar, manter e fornecer os serviços e recursos de TI, bem como desenvolver, implementar, documentar e manter sistemas de informação, visando atender às necessidades das unidades administrativas e judiciárias do TJCE.

8.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

A estrutura organizacional da Setin, conforme Lei Estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017, alterada pela Lei Estadual nº 18.976, de 21 de agosto de 2024, e ainda, alterada pela Resolução 02/2025 que dispõe sobre a alteração das estruturas administrativas e de cargos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, consistindo em:



a) Compete à Diretoria de Sistemas:

I – Manter articulação com outras unidades do Tribunal, garantindo que os sistemas desenvolvidos atendam às demandas das áreas judiciais e administrativas;

II – Identificar soluções de sistemas de TI que atendam aos requisitos dos usuários;

III - Acompanhar, monitorar e coordenar as ações relacionadas ao desenvolvimento e sustentação de sistemas judiciais e administrativos do Poder Judiciário cearense;

IV – Implantar, acompanhar e manter processo de desenvolvimento de software;

V – Planejar, dirigir e coordenar as atividades de prospecção tecnológica relativa ao desenvolvimento de sistemas.

VI – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referentes à sua área de atuação,

executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle e legislação correlata;

VII – Emitir relatórios gerenciais e estratégicos e recuperar informações não disponíveis em funcionalidades dos sistemas.

b) Compete à Gerência de Governança e Arquitetura Corporativa:

I – Apoiar a priorização e a implantação dos processos de governança de TI, além de orientar a criação e manutenção dos processos de TI, monitorando-os periodicamente em conjunto com as demais unidades competentes;

II – Proporcionar o alinhamento das decisões relativas à TI e suas estratégias institucionais;

III – Alinhar as conformidades de TI às estruturas-padrão de melhores práticas, às normativas técnicas e aos órgãos de controle;

IV – Apoiar na elaboração e coordenar a execução do Desdobramento Estratégico de TIC (DETIC) e do Plano Diretor de TIC (PDTIC) do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em alinhamento com a estratégia da organização.

V – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referente à sua área de atuação, executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle e legislação correlata.

c) Compete à Diretoria de Infraestrutura de TI:

I – Planejar, dirigir e coordenar as atividades de prospecção tecnológica, análise, especificação, desenvolvimento, implantação, manutenção e documentação relativas à infraestrutura operacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário cearense;

II – Propor alternativas tecnológicas relacionadas aos produtos adotados e aos serviços prestados, com intuito de modernizar e aperfeiçoar os procedimentos;

III – Efetuar estudos técnicos e elaborar projetos e planos de ação para a expansão ou modificação dos equipamentos e dos programas utilizados no âmbito da Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em conformidade com metas e diretrizes estabelecidas.

IV – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referentes à sua área de atuação,

executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgãos de controle e legislação correlata.

d) Compete à **Diretoria de Tecnologia do PJe**:

I – Atuar nos níveis Estratégico (missão, visão e valores) e Tático (estabelecimento de ações específicas para o alcance das metas estratégicas);

II – Coordenar a melhoria contínua dos processos de trabalho de toda a área tecnológica do PJe;

III – Gerenciar os indicadores e resultados da área de Tecnologia do PJe, apresentando as evoluções alcançadas e tomando ações para harmonizar o trabalho da equipe (remanejamento de pessoas, indicação de capacitações, entre outros);

IV - Atuar na solução de impedimento dentro da SETIN para o bom andamento das demandas do PJe;

V – Padronizar os procedimentos e facilitar a comunicação entre as equipes de TI do PJe.

VI – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referentes à sua área de atuação, executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgãos de controle e legislação correlata.

e) Compete à **Diretoria de Inteligência de Dados e Plataformas Digitais** :

I – Manter articulação com outras unidades do Tribunal, garantindo que os modelos e soluções desenvolvidos atendam às demandas das áreas judiciais e administrativas;

II – Identificar soluções de Inteligência Artificial e Robotização que atendam aos requisitos dos usuários;

III - Acompanhar, monitorar e coordenar as ações relacionadas ao desenvolvimento e sustentação das Soluções desenvolvidas;

IV – Planejar, dirigir e coordenar as atividades de prospecção tecnológica relativa ao desenvolvimento de modelos, RPA e Dados.

VI – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referentes à sua área de atuação, executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle e legislação correlata;

VII – Emitir relatórios gerenciais e estratégicos e recuperar informações não disponíveis em funcionalidades e soluções desenvolvidas.

8.2. QUADRO DE PESSOAL DA SETIN

O atual quadro de servidores da Setin se mostra inadequado qualitativa e quantitativamente para o desempenho das atribuições da Secretaria. Para elaboração deste PDTIC, foi realizado um estudo utilizando-se como base a metodologia proposta pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ, publicada por meio da Resolução 370 de 28 de janeiro de 2021, além do dimensionamento da capacidade de trabalho da Secretaria.

O cálculo utilizado na Resolução 370 do CNJ é realizado em função da demanda e do porte da organização. Consideram-se fatores como o número de usuários internos de recursos de TI, o grau de informatização, número de estações de trabalho, entre outros. Ainda de acordo com o Guia desta nova Resolução, em item 7 – Força de Trabalho de TIC, a força de trabalho total mínima recomendada para TIC é:

Quadro Permanente de Servidores
Referenciais Mínimos

Total de Usuários de Recursos de TIC	Mínimo da Força de Trabalho de TIC (efetivos, comissionados e terceirizados)	Mínimo Necessário de Servidores do Quadro Permanente
Até 500	7,00%	4,55%
Entre 501 e 1.500	4,00% + 15	2,60% + 9,75
Entre 1.501 e 3.000	3,00% + 30	1,95% + 19,5
Entre 3.001 e 5.000	1,50% + 75	0,975% + 48,75
Entre 5.001 e 10.000	1,00% + 100	0,65% + 65
Entre 10.001 e 20.000	0,50% + 150	0,325% + 97,5
Entre 20.001 e 40.000	0,25% + 200	0,1625% + 130
Acima de 40.000	0,10% + 260	0,065% + 169

De acordo com a Resolução 370 do CNJ, para um total de 18.526 usuários seriam necessários 162 profissionais na Secretaria de Tecnologia. Atualmente, o TJCE possui 96 servidores na sua força de trabalho, conforme quadro de a seguir, necessitando-se de mais 66 profissionais para que seja mantida a força de trabalho mínima recomendada.

FORÇA DE TRABALHO DE TIC	
Usuários Internos	9.995
Usuários Externos	85.309

10% dos usuários externos	8.530,9
Total de Usuários	18.526
Mínimo de Força de Trabalho TIC	162
Total Força de Trabalho TIC	96
Adicional Necessário	66

8.3. INVENTÁRIO DE RECURSOS DE TIC

Abaixo constam os levantamentos da situação atual dos recursos de TI disponíveis para atender as demandas de Tecnologia da Informação do TJCE.

8.3.1. INFRAESTRUTURA

Equipamentos de Infraestrutura de Rede de Dados			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
1	Servidores de Rede	38	Servidores Físicos
2	Servidores de Rede	1016	Servidores Virtuais
3	Desktop virtual	91	VDI
4	Filtro de Conteúdo	4	Anti spam
5	Filtro de Conteúdo	0	Webasher
6	Unidade de Armazenamento	2	HUAWEI - 5300
7	Unidade de Armazenamento	2	Hitachi
8	Unidade de Armazenamento	1	IBM V5000
9	Unidade de Armazenamento	1	IBM V7000
10	Unidade de Armazenamento	2	HUAWEI OceanStor 5600v3
11	Unidade de Armazenamento	2	Dorado 6000
12	Unidade de Backup	2	IBM Tape 4300
13	Unidade de Backup	2	IBM Tape 3500
14	Unidade de Backup	0	IBM Tape 3200
15	Pontos de Acesso	130	AP Cisco

16	Switches	7	Allied Telesis
17	Switches	469	Cisco
18	Switches	4	3COM
19	Switches	41	Huawei
20	Links de Comunicação de Dados	237	Etice
21	Servidores de Rede	2	Netscaler
22	Servidores de Rede	2	Protocoladoras
23	Servidores de Rede	2	Controladora Wireless
24	Servidores de Rede	0	Riverbed
25	Solução de Segurança	0	Cisco Mars
26	Solução de Segurança	0	IPS
27	Firewall	8	Cisco Asa 5505
28	Firewall	0	Cisco ASA 5550
29	Firewall	2	Palo Alto 5220
30	Firewall	174	PFSENSE
31	Firewall	43	Firebox t10 - Watchguard

Equipamentos de Microinformática			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
1	Microcomputadores	6625	Ativos
2	Notebooks	494	Ativos
3	Impressoras	1026	-

Softwares de Infraestrutura			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
1	Sistema Operacional	0	Windows XP
2	Sistema Operacional	307	Windows 7
3	Sistema Operacional	784	Windows 8
4	Sistema Operacional	6028	Windows 10
5	Sistema Operacional	26	Windows Server 2003
6	Sistema Operacional	21	Windows Server 2008
7	Sistema Operacional	77	Windows Server 2008 R2
8	Sistema Operacional	88	Windows Server 2012
9	Sistema Operacional	65	Windows Server 2012 R2

10	Sistema Operacional	192	Windows Server 2016
11	Sistema Operacional	11	Windows Server 2019
12	Sistema Operacional	4	Windows 2000 Server
13	Software de Acesso Remoto	1	VNC
14	Software de Infraestrutura	7	Zabbix
15	Software de Infraestrutura	1	Pandora
16	Software de Infraestrutura	2	Cacti
17	Sistema Operacional	134	CentOS Linux
18	Sistema Operacional	42	Debian Linux
19	Sistema Operacional	10	Red Hat Enterprise Linux
20	Sistema Operacional	7	Oracle Linux
21	Sistema Operacional	16	Endian Firewall
22	Sistema Operacional	4	Unix Aix 6.1 (3 desligados)
23	Sistema Operacional	1	Cluster Openshift
24	Sistema Operacional	1	Cluster Kubernetes Rancher
25	Sistema Operacional	1	Cluster RHV – Red Hat
26	Sistema Operacional	1	Cluster Kubernetes Rancher
27	Sistema Operacional	3	Cluster Kubernetes somente da infra.
28	Sistema Operacional	2	Cluster MinIO
29	Sistema Operacional	1	Cluster AWX
30	Sistema Operacional	2	Cluster Gitlab
31	Sistema Operacional	1	HP-Unix
32	Sistema Operacional	1	Open Suse
33	Sistema Operacional	283	Ubuntu
34	Sistema Operacional	2	FreeBSD
35	Sistema Operacional	1	PAN OS
36	Sistema Operacional	1	Proofpoint Linux
37	Sistema Operacional	122	Other Linux
38	Sistema Operacional	2	VMWare Phaton os
39	Sistema Operacional	0	ESXI6.3
40	Sistema Operacional	32	ESXi 7.0
41	Software de Infraestrutura	5	Kaspersky
42	Software de Infraestrutura	1	Cloud Control/ Oracle Linux
43	Software de Infraestrutura	1	TSM Server
44	Software de Infraestrutura	0	Hitachi Storage Navigator Modular 2
45	Software de Infraestrutura	0	IBM System Storage DS
46	Software de Infraestrutura	3	Veeam Server

47	Software de Infraestrutura	1	Veeam Enterprise Manager
48	Software de Infraestrutura	1	Huawei System Report
49	Software de Infraestrutura	1	Huawei eServices
50	Software de Infraestrutura	1	Exchange

8.3.2. SISTEMAS

SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA DO SISTEMA	DESCRIÇÃO	ÁREA GESTORA
1	ADMRH	SISTEMA RH/FOLHA - THEMA	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
2	ASSYSTNET	*	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
3	ASSYSTWEB	*	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
4	AUTDOC API	API PARA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS	SERVIÇO DE CERTIDÕES
5	AUTDOC AUTENTICAÇÃO	APLICAÇÃO ACESSA OS DADOS ATRAVÉS DO WEBSERVICE DO "AUTDOC - API	SERVIÇO DE CERTIDÕES
6	BANCO DE JULGADOS	BASE DE JULGADOS DO PORTAL E-SAJ	COMISSÃO DE REGIMENTO, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA
7	BDJUR 2.0	SISTEMA DE BIBLIOTECA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ.	-

8	BNMP	BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO	GERÊNCIA DE CORREIÇÃO E APOIO AS UNIDADES JUDICIÁRIAS
9	BRISK	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
10	CADARM	CADASTRO, ACOMPANHAMENTO E DESTRUIÇÃO DE ARMAS	ASSISTÊNCIA MILITAR
11	CANCUN	SISTEMA DE CONSULTAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS UNIFICADA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ.	GAB. DES. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

12	CENTRAL ATENDIMENTO	SISTEMA PARA CONTROLE DOS ATENDIMENTO DA CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO DA COMARCA DE FORTALEZA	DIRETORIA ESTADUAL DE ATENDIMENTO
13	CEPP	COLETOR ESTATÍSTICO PAI PRESENTE	DIRETORIA-GERAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
14	CONCURSO REMOÇÃO	SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO	GERENCIA DE SELECAO E DESENVOLVIMENTO
15	CONJUG	SISTEMA DE CONSULTA DE JULGADOS - ACORDÃOS - DA TURMA RECURSAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	GERÊNCIA EXECUTIVA
16	DISCOVERY	SERVIÇO DE DESCOBERTA, QUE PERMITE QUE APIS REGISTRADAS SEJAM ACESSÍVEIS POR MEIO DO GATEWAY API.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
17	DJE	DIÁRIO DA JUSTIÇA DO CEARÁ	SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA
18	DJEA	DIÁRIO DA JUSTIÇA DO CEARÁ	SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

19	DJEA-CONSULTA	DIÁRIO DA JUSTIÇA DO CEARÁ	SUYANE OLIVEIRA RODRIGUES PEREIRA
20	ECNJ	É UMA APLICAÇÃO QUE EXTRAÍ DADOS DE ALGUNS SISTEMAS PARA SEREM ENVIADOS PARA O CNJ.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
21	ESPAÇO SERVIDOR	SISTEMA RESPONSÁVEL POR DISPONIBILIZAR AO SERVIDOR A EMISSÃO DO CONTRA-CHEQUE	COORDENADORIA DE VANTAGENS INDENIZATÓRIAS E FREQUÊNCIA
22	EXTRATOR EMENTA	API QUE, SUBMETIDO UM TEXTO DE ACÓRDÃO (OU LISTA DE TEXTOS DE ACÓRDÃOS), IDENTIFICA, POR MEIO DE IA, E DEVOLVE A EMENTA EXISTENTE NO TEXTO.	CONSULTORIA JURÍDICA
23	FATJ	FERRAMENTAS DE APOIO DO TJCE - ENCURTADOR DE LINKS	COORDENADORIA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
24	FERIAS MAGISTRADOS	PERMITE O REGISTRO DAS ESCALAS DOS MAGISTRADOS ATRAVÉS DA INTRANET	NÚCLEO DE APOIO A GESTÃO DO 1º GRAU
25	GATEWAY	API GATEWAY PARA A APLICAÇÃO DE REFERÊNCIA PDPJ.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
26	GESTÃO A VISTA	PAINEL QUE IRÁ EXIBIR INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA SECRETARIA JUDICIÁRIA	NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE EXPEDIENTES
27	GIT	SISTEMA PARA VERSIONAMENTO DE APLICAÇÕES DO TJCE.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
28	ISTJ	SISTEMA DE RECURSO ESPECIAL ELETRÔNICO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	SECRETARIA JUDICIÁRIA
29	JENKINS	SERVIDOR DE INTEGRAÇÃO CONTÍNUA E CONSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
30	KEYCLOAK	SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE IDENTIDADE E ACESSO DE CÓDIGO ABERTO.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

31	MALOTE DIGITAL	SISTEMA PARA ENVIO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS ENTRE AS UNIDADES DO TJCE E OUTROS ÓRGÃOS.	GERÊNCIA JUDICIÁRIA DA COMARCA DE FORTALEZA
32	MANAGER PROJ	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROFISCO II CE	SECRETARIA DE FINANÇAS
33	MARKETPLACE TJCE	SISTEMA COM O OBJETIVO DE SER O MARKETPLACE DO TJCE, PERMITINDO ACESSO CENTRALIZADOS ÀS APLICAÇÕES E SERVIÇOS VIA SSO (SINGLE SIGN-ON)	-
34	MEDIAWIKI	PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO E DE DOCUMENTOS	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
35	MIGRADOR PROJUDI	*	SIRLEY CINTIA PACHÊCO PRUDÊNCIO
36	MINHA ESMEC	SISTEMA QUE PERMITE A INSCRIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CURSOS/EVENTOS.	DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA ESMEC
37	MUMPS - JPC	*	-
38	MUMPS - SINJ	*	-
39	NEXUS	REPOSITÓRIO DE ARTEFATOS MAVEN.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
40	NOVO SAA	*	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
41	NOVO SCONC	SISTEMA PARA AGENDAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS CONCILIAÇÕES DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO E GERAÇÃO DE ESTATÍSTICAS PARA O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS
42	PAJ	PAGAMENTO DE AUXILIAR DA JUSTIÇA	DIRETORIA DE APOIO AS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESTADUAIS

43	PED	PED - PORTAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO TJCE	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
44	PERGAMUM	SISTEMA PARA O GERENCIAMENTO E AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO TJCE.	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMEC)
45	PJE	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	DIRETORIA NEGOCIAL DO PJE
46	PJE - MIGRASAJ	MIGRADOR IP3 DO TJRN QUE MIGRA PROCESSOS DO SAJ PARA O PJE, PARA USAR NO PROJETO DE UNIFICAÇÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS.	DIRETORIA NEGOCIAL DO PJE
47	PJE OFFICE	ASSINADOR DE DOCUMENTOS DO PJE	DIRETORIA NEGOCIAL DO PJE
48	PJE SUPORTE	PJE SUPORTE	DIRETORIA NEGOCIAL DO PJE

49	PNM	O SISTEMA PROTEÇÃO NA MEDIDA OBJETIVA AUXILIAR AS EQUIPES TÉCNICAS MULTIPROFISSIONAIS ENCARREGADAS DO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E AOS INDIVÍDUOS IDENTIFICADOS COMO AGRESSORES.	TIAGO DIAS DA SILVA
50	PORTAL E-SAJ	PORTAL DE CONSULTAS E SERVIÇOS PARA USUÁRIOS EXTERNOS DOS SISTEMAS SAJPG E SAJSG	SECRETARIA JUDICIÁRIA
51	PORTAL FERMOJU INTERNET	*	GERÊNCIA DAS RECEITAS
52	PORTAL FERMOJU INTRANET	SISTEMA DE HISTÓRICO DE PAGAMENTO DE GUIAS DO FERMOJU	GERÊNCIA DAS RECEITAS

53	PORTAL INTERNET 2.0	NOVO PORTAL DA INTERNET	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
54	PORTAL INTRANET	PROJETO DO PORTAL DA INTRANET 2.0 DESENVOLVIDO COM WORDPRESS	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
55	PORTAL JURI CURIO	*	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
56	PROCESSADOR SCPU	SISTEMA PARA IMPORTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DO SCPU.	NÚCLEO DE DISTRIBUIÇÃO E CERTIDÕES
57	PROJUDI	PROCESSO JUDICIAL DIGITAL SISTEMA UTILIZADO PARA O TRÂMITE DIGITAL DE PROCESSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS E NAS TURMAS RECURSAIS.	DIRETORIA NEGOCIAL DO PJE
58	PYJURIS	*	CONSULTORIA JURÍDICA
59	QUERO CONCILIAR	FERRAMENTA PARA SOLICITAR CONCILIAÇÃO DE PROCESSOS.	NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

60	RABBITMQ	*	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
61	RAILSAPPREF	APLICAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA SISTEMAS BASEADOS EM RUBY ON RAILS.	
62	RAILSAPPREF-API	API DA APLICAÇÃO DE REFERÊNCIA RUBY (RAILS 7)	
63	RECURSO EXTRAORDINÁRIO ELETRÔNICO - STF	SISTEMA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO ELETRÔNICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	SECRETARIA JUDICIÁRIA
64	REDIS	*	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
65	REDMINE	FERRAMENTA DE GESTÃO DE DEMANDAS.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
66	RHFACADE	NOVA FACHADA DOS SISTEMAS DO RH EM JAVA.	GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS E RETENÇÃO
67	SAA	A PRINCIPAL FINALIDADE DO SISTEMA DE AUTENTICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - SAA É OFERECER SUPORTE À OPERAÇÃO E À GESTÃO DOS SISTEMAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, COM SEGURANÇA, CONTEMPLANDO TODOS OS TIPOS DE ACESSOS.	SERVIÇO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO EM TI

68	SADJUS	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO.	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
69	SAE	SISTEMA DE ALVARÁ ELETRÔNICO - SISTEMA FARÁ A INTEGRAÇÃO ENTRE O SAJ E A CAIXA ECONÔMICA, AUTOMATIZANDO A CONSULTA E PAGAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAIS.	GERÊNCIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL
70	SAEF	SISTEMA DE AGENDAMENTO DE ENTREVISTADOR FORENSE	GAB. DESA. TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES
71	SAJ PG	GESTÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE 1ª INSTÂNCIA	ANTÔNIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
72	SAJ PG - GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS	*	DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
73	SAJ SG	GESTÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE 2ª INSTÂNCIA	JOSE CLAUDIO PINTO FERREIRA
74	SAJADM - ALX	SISTEMA DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO (ALX.NET) PERMITIR A GESTÃO DE MATERIAIS E ALMOXARIFADO	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO
75	SAJADM - CPA	SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.	COORDENADORIA DE GESTÃO POR PROCESSOS DE TRABALHO

76	SAJADM - GRH	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	GERENCIA DE BENEFÍCIOS E RETENÇÃO
77	SAJADM - PEX	MÓDULO DO EXTRAJUDICIAL	GERÊNCIA DE CORREIÇÃO E APOIO AS UNIDADES EXTRAJUDICIAIS
78	SAJADM - PGPA	PORTAL DE ATENDIMENTO NO CPA	COORDENADORIA DE GESTÃO POR PROCESSOS DE TRABALHO
79	SAJADM - SCL	SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	COORDENADORIA DE COMPRAS
80	SAJADM - SCO	SISTEMAS DE CUSTOS E ORÇAMENTOS	GERÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

81	SAJADM - SEG	SEGURANÇA INTEGRADA DAS APLICAÇÕES	COORDENADORIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS
82	SAJADM - SGF	SISTEMA DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO	SECRETARIA DE FINANÇAS
83	SAJADM - SGV	SISTEMA DE GESTÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	SEÇÃO DE TRANSPORTE
84	SAJADM - SIP	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS	COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO
85	SAJADM - SMO	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTRATOS E MEDIÇÕES DE OBRAS	GERÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
86	SAJADM - SPD	SISTEMA DE PEDIDOS WEB	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO
87	SAPRE	*	ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS
88	SASR	SISTEMA DE ALTERAÇÃO DE SENHA DE REDE	SERVIÇO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
89	SAV	SISTEMA DE AGENDAMENTO DE VIDEOCONFERÊNCIAS	DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
90	SBIM	SISTEMA DE BENS IMÓVEIS	COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO

91	SBJE	SISTEMA DE BUSCA DE JUIZADOS ESPECIAIS	PRESIDÊNCIA
92	SCGV	SISTEMA DE CADASTRO GERAL DE VÍNCULOS	GERÊNCIA DE SELEÇÃO E DESENVOLVIMENTO
93	SCI	SISTEMA DE CORREIÇÃO E INSPEÇÃO	COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES EXTRAJUDICIAIS
94	SCJUD	SISTEMA DE CÁLCULO JUDICIAL	COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE APOIO A JURISDIÇÃO
95	SCN	SISTEMA DE CONTROLE DE NUMERAÇÕES	GABINETE DA PRESIDÊNCIA
96	SCON	GERENCIAMENTO DE CONTEÚDO PARA PUBLICAÇÃO NA WEB	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
97	SCONC	SISTEMA DE CONTROLE DE CONCILIAÇÕES	COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIARIAS
98	SCP	EMIÇÃO DE CERTIDÕES POR PARTE DOS ENTES DEVEDORES, RELATIVAS À SUA SITUAÇÃO QUANTO AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS.	FRANCISCO TIAGO FERREIRA SILVA
99	SCPA	SISTEMA DE CONTROLE DE PERMISSÕES E ACESSO CONTROLE DE ACESSO E PERMISSÕES DOS USUÁRIOS AOS SISTEMAS EM VB.	GEORGE GOMES PEREIRA

100	SCPA NOVO	SISTEMA DE CONTROLE DE PERMISSÕES E ACESSO - NOVO CONTROLE DE ACESSO E PERMISSÕES DOS USUÁRIOS AOS DEMAIS SISTEMAS QUE NÃO SÃO CONTROLADOS PELO SCSA COMUM.	SERVICO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO EM TI
101	SCPU	*	SERVICO DE CERTIDÕES
102	SCT	SISTEMA DE CADASTRO DE TORCEDORES	HELGA MEDVED
103	SDC	SISTEMA DE DADOS CORPORATIVOS	COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS
104	SDTS	SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE SERVIÇOS	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
105	SEER	SISTEMA DE ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTA	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMEC)
106	SEEU	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÕES UNIFICADAS	LARISSA BRAGA COSTA DE OLIVEIRA LIMA
107	SEI/PED	SISTEMA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
108	SELO DIGITAL - PORTAL	PORTAL DO SELO DIGITAL UTILIZADO PARA VALIDAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO SELO DIGITAL. POSSUI RELATÓRIOS GERENCIAIS SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DOS ATOS NOS CARTÓRIOS.	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO
109	SELO DIGITAL - PROCESSADOR	MÓDULO PROCESSADOR DO SELO DIGITAL	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO

110	SELO DIGITAL - WEBSERVICE	MÓDULO WEBSERVICE DO SELO DIGITAL.	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO
111	SELOEXTRA	SISTEMA DE SOLICITAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SELOS EXTRAJUDICIAIS	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO
112	SERVENTIAS	SISTEMA UTILIZADO PARA O CADASTRO SERVENTIAS JUDICIAIS.	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO
113	SESMEC	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA ESMEC	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMEC)
114	SGAJ	SISTEMA QUE PERMITE AOS AUXILIARES REALIZAREM SEU PRÓPRIO CADASTRO E, SENDO APROVADO, OS MAGISTRADOS PODERÃO TER ACESSO À LISTA DE AUXILIARES CREDENCIADOS E, ASSIM, PODERÃO REALIZAR A NOMEAÇÃO DOS AUXILIARES, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA EQUITATIVA E ALTERNADA.	DIRETORIA DE APOIO AS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESTADUAIS
115	SGCC	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	COORDENADORIA DE CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
116	SGEC WEB	SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA CORREGEDORIA - VERSÃO WEB	COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS
117	SGM	SISTEMA DE GESTÃO E MONITORAMENTO. ESTE SISTEMA VISA DAR INSUMOS PARA A GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS, ALÉM DAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA A UNIDADE MONITORADA.	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

118	SGR	O SGR É O SISTEMA UTILIZADO PELA COGES (COMISSÃO DE GESTÃO DA GAM) PARA COLETAR OS VALORES DOS INDICADORES DA GAM	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
119	SHAREPOINT	O MICROSOFT OFFICE SHAREPOINT ONLINE É UM SERVIÇO BASEADO EM NUVEM QUE AJUDA AS ORGANIZAÇÕES A COMPARTILHAR E GERENCIAR CONTEÚDO, CONHECIMENTO E APLICATIVOS.	GERENCIA DE GOVERNANÇA E CONTROLE INTERNO DA SETIN
120	SIEL	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS	CARLOS OLEGARIO CAVALCANTE PINHEIRO
121	SIMAV	SISTEMA DE AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA ADQUIRIDO POR MEIO DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE - TJSE.	JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE MARACANAÚ
122	SIMTJ API	API DO SISTEMA SIMTJ WEB	ASSISTÊNCIA MILITAR

123	SIMTJ MOBILE	SISTEMA PARA SEGURANÇA DE MAGISTRADOS VERSÃO MOBILE	ASSISTÊNCIA MILITAR
124	SIMTJ WEB	POSSIBILITA O ACOMPANHAMENTO, EM TEMPO REAL, DAS OCORRÊNCIAS ENVIADAS PELO APLICATIVO SIMTJ MOBILE.	ASSISTÊNCIA MILITAR
125	SINTEC	SISTEMA INTEGRADO DE CONTRATAÇÕES	CENTRAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
126	SIOGE	SISTEMA DE OUVIDORIA GERAL	SECRETARIA JUDICIÁRIA
127	SIPER	SISTEMA PARA CONTROLE DE PERITOS, INTÉRPRETES E TRADUTORES E SUAS RESPECTIVAS PERÍCIAS.	SECRETARIA JUDICIÁRIA

128	SIPP	SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE PESSOAL GERENCIAR E CALCULAR OS RECEBÍVEIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.	GERÊNCIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL
129	SIRECE	SISTEMA DE REQUERIMENTO E EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	SERVIÇO DE CERTIDÕES
130	SISAUD	SISTEMA DE AUDITORIA	AUDITORIA INTERNA
131	SISCONVI	SISTEMA DE CONTROLE DE VISITANTES	ASSISTÊNCIA MILITAR
132	SISFERC	SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS CARTÓRIOS	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO
133	SISGUIAS EXTRAJUDICIAL ON-LINE	REGISTRO DA MOVIMENTAÇÃO DE ATOS DE CARTÓRIOS, COM CONTROLE SOBRE O ESTOQUE DE SELOS E EMISSÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO.	COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO
134	SISGUIAS FERMOJU	SISTEMA DE HISTÓRICO DE PAGAMENTO DE GUIAS DO FERMOJU	GERÊNCIA DAS RECEITAS
135	SISGUIAS JUDICIAL	CONTROLE SOBRE A EMISSÃO DE GUIAS JUDICIAIS	GERÊNCIA DAS RECEITAS

136	SISNUGEP	SISTEMA DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS	VICE-PRESIDÊNCIA
137	SISPORT	SISTEMA DE CONTROLE DE PORTARIA	ASSISTÊNCIA MILITAR
138	SISUFERMOJU	SISTEMA UNIFICADO DO FERMOJU	GERÊNCIA DAS RECEITAS
139	SJURIS	SJURIS - BUSCA DE JURISPRUDÊNCIA	CONSULTORIA JURÍDICA
140	SJURIS - FRONTEND	SJURIS - FRONTEND	CONSULTORIA JURÍDICA
141	SONAR	O SONARQUBE® É UMA FERRAMENTA AUTOMÁTICA DE REVISÃO DE CÓDIGO PARA DETECTAR ERROS, VULNERABILIDADES E CODE SMELLS NO SEU CÓDIGO	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

142	SPES	É UM SOFTWARE LIVRE PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS ONLINE ESCRITO EM PHP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
143	SPPF	*	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
144	SPROC	GESTÃO DO PROCESSO JUDICIAL (PROCESSO FÍSICO)	SECRETARIA JUDICIÁRIA
145	SSAS	O SSAS É UMA SOLUÇÃO QUE PERMITE QUE OS DESEMBARGADORES, MAGISTRADOS, SERVIDORES E EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADOS SOLICITEM O BENEFÍCIO DO AUXÍLIO-SAÚDE.	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
146	SSD	SISTEMA DE SOLICITAÇÃO DE DIARIA	GERÊNCIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL
147	SSD-API	API PARA O SISTEMA DE SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA.	GERÊNCIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL
148	SVN	*	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
149	TJCE ASSINADOR	SISTEMA DE ASSINATURA DIGITAL	COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
150	TJCE MOBILE	APLICATIVO MOBILE DO TRIBUNAL DO JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	SECRETARIA JUDICIÁRIA
151	TJCE MOBILE API	API PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PARA O APLICATIVO TJCE MOBILE.	SECRETARIA JUDICIÁRIA

152	TJCE MOBILE NOTIFICATIONS API	WEBSERVICE DE ENVIO DE NOTIFICAÇÕES PARA O APLICATIVO TJCE MOBILE	SECRETARIA JUDICIÁRIA
153	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	HOTSITE CRIADO PARA APRESENTAR AS ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES DO PROMOJUD	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
154	VWACESSO	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	ASSISTÊNCIA MILITAR
155	WORDPRESS	GERENCIAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DO CMS.	-

9. RESULTADOS DO PLANO DIRETOR DE TIC 2023/2024

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023-2024, cumprindo o papel que lhe é inerente, orientou as atividades e ações que foram realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação ao longo deste biênio.

A exemplo do PDTIC 2021/2022, as necessidades levantadas foram transformadas em iniciativas e ações empreendidas pela Secretaria de Tecnologia para execução de acordo com a disponibilidade orçamentária e de pessoal e ainda com a devida priorização estabelecida na fase de planejamento ou diretamente priorizada pela Alta Gestão Institucional no decorrer do biênio.

Para fins de demonstração dos resultados alcançados, as iniciativas do PDTIC 2023-2024 estão categorizadas nos status de Concluídas, Canceladas e Em Andamento. Podemos notar então que num total de **104 iniciativas** efetivamente trabalhadas no PDTIC 2023-2024, foram devidamente concluídas **82 iniciativas**, como podem ser citadas sumarizadamente: Contratações/Prorrogações de Infraestrutura, Segurança e Sistemas; Ações de gestão de pessoas; Desenvolvimento de Painéis BI para apoio no monitoramento das ações; Desenvolvimento de Modelo IA - Expansão Berna para outras competências, Modelo IA - Agrupamento de Atos na Sejud 1G, Modelo IA - Agrupamento de Atos no Precatórios, e Desenvolvimento de Robôs para as áreas administrativa e judiciária.

Vale ressaltar que algumas iniciativas foram canceladas, pois serão executadas pela própria unidade solicitante e outras foram suspensas devido a priorização de demandas, e ainda, as iniciativas correspondentes a projetos estratégicos não são contabilizadas neste divisor pois o período de execução das mesmas ultrapassa o período do PDTIC.

10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

Seguindo a metodologia e outras diretrizes e conceitos já estabelecidos, para elaboração deste PDTIC, o termo necessidade denota toda e qualquer necessidade que a área de TI deve atender, seja para satisfazer demandas de unidades externas a TI, seja para melhorar a gestão e os processos da própria área de TI.

Com base nas necessidades levantadas a partir das demandas das unidades do Poder Judiciário e ainda os projetos planejados pela Gestão para o biênio 2025-2027, foi realizada a análise das necessidades através de critérios de priorização, gerando uma ordenação, sem ter sido realizado um corte, a serem implementadas de acordo com a disponibilidade de pessoal e orçamentária e ainda conforme mudanças no cenário tecnológico.

10.1 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

Os critérios de priorização utilizados estão listados abaixo:

- Valor Estratégico: relacionado com a contribuição da necessidade para cada objetivo estratégico do painel de contribuição da TI.
- Determinação Legal: avalia a existência de alguma determinação legal para atendimento da necessidade.
- Promojud: avalia se a demanda consta no Promojud.

Ao final da indicação de pontuação para cada necessidade, as notas dos critérios são multiplicadas, resultando em um valor único que permite a ordenação das necessidades de forma decrescente.

10.2 Necessidades de TI (exercício 2025)

As necessidades priorizadas e ordenadas neste PDTIC, de acordo com os critérios apresentados anteriormente encontram-se listadas abaixo.

CÓDIGO PDTIC	Descrição da Necessidade de TI	Prazo Estimado para Entrega	Área Responsável	Unidade Solicitante	Categoria	Contratação	Projeto
N25001	Contratação Licenças do Microsoft Azure Prepayment para prover serviços de IA generativa Azure OpenIA com direito a atualização e suporte	1º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25002	Aquisição de Serviço de Tecnologia para o Sistema PJe	1º SEMESTRE/2025	Diretoria PJE	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25003	Aquisição de solução de para proteção do ambiente de dados de (vazamento de informações)	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25004	Aquisição de solução de suporte e atualização tecnologica do Banco de Dados Oracle	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25005	Aquisição de Solução Tecnológica de Virtualização de Servidores (VMWare)	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25006	Consultoria individual especializada em automação (RPA) - Renovação De Contrato	1º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho
N25007	Consultoria individual especializada em IA - Renovação De Contrato	1º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Inteligência artificial na prestação jurisdicional
N25008	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de segurança de perímetro de appliances para vpn, softwares de gerência,	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-

	serviço de instalação, bem como fornecimento de garantia dos equipamentos pelo período de 12 (doze) meses - Renovação De Contrato						
N25009	Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de software da Adobe Creative Cloud Pro para criação e tratamento profissional de imagens, edição de texto, diagramação de material gráfico, edição de vídeo e banco de imagens, com garantia, atualização e assistência técnica pelo período de 36 (trinta e seis) meses	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25010	Contratação de empresa visando a execução continuada de serviços especializados para o sistema integrado de gestão de processos judiciais físicos e digitais de primeira instância e segunda instâncias, denominado Sistema de Automação da Justiça - SAJ, consoante módulos relacionados no contrato e seus Anexos - Renovação De Contrato	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25011	Contratação de links de contingência para as principais comarcas do estado do Ceará	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica

N25012	Contratação de Software de Engenharia com a tecnologia BIM (AltoQI)	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SEADI	Plano de Ação	SIM	-
N25013	Contratação do serviço de consulta de óbitos	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25014	Fornecimento de fibra não iluminada para redundância e link de dados para monitoramento, sendo 6 (seis) pares de fibras não iluminadas e 1 (um) link de internet de 100Mbps, pelo prazo de 30 (trinta) meses.- Renovação De Contrato	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25015	Fornecimento dos serviços de acesso à internet, através da implantação de links dedicados, providos mediante infraestrutura de fibra óptica, com velocidades de 2 Gbps, full-duplex, contemplando o suporte técnico, equipamentos e demais requisitos contidos neste documento e anexos, pelo prazo de 30 (trinta) meses, visando atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.- Renovação De Contrato	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25016	Aquisição de computadores	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25017	Aquisição de notebooks	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura

							tecnológica
N25018	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o fornecimento de uma solução tecnológica que realize gestão, auditoria, possua a opção de extração de relatórios e permita o gerenciamento dos serviços (Microsoft Active Directory – AD), servidor de arquivos (Microsoft File Server), Correio Eletrônico (Microsoft Office 365) em tempo real.	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25019	Serviços de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação, na forma de assinaturas para acesso a bases de conhecimentos, bem como serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases. - Renovação De Contrato	1º SEMESTRE/2025	GOVERNANÇA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25020	Serviços de suporte técnico para manutenção corretiva e preventiva aos equipamentos IBM pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. - Renovação De Contrato	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25021	Serviços para	1º	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de	SIM	Aprimoramento das

	implantação do SOC (Centro de operações de segurança) - Renovação De Contrato	SEMESTRE/2025			Ação		políticas ferramentas de segurança da informação
N25022	Serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda com foco em metodologias ágeis - Renovação De Contrato	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25023	Software para o gerenciamento e automação das bibliotecas do poder judiciário do estado do ceará e escola superior da magistratura do estado do ceará, com fornecimento de licença definitiva do software, migração das bases existentes, treinamento e suporte técnico com atualização de versão - Renovação De Contrato	2º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25024	Solução de balanceamento de carga e segurança para aplicações WEB, com distribuição do tráfego de maneira uniforme entre servidores, otimização, performance, proteção contra ameaças cibernéticas, filtragem de tráfego HTTP e bloqueio de ataques cibernéticos, garantia da segurança e integridade dos dados processados pelas aplicações web.	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica

N25025	Solução de Conectividade de Núcleo (Switches)	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25026	Solução de Processamento de Dados	2º SEMESTRE/2025		SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25027	Solução para a Implantação de Automação de Infraestrutura de TI	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25028	Solução para atender as necessidades da solução de balcão virtual do tribunal de justiça do estado do ceará. - Renovação De Contrato	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25029	Solução que contemple a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de tarefas de suporte, rotina e demanda, compreendendo atividades de suporte técnico remoto e/ou presencial de 1º, 2º e 3º níveis, a usuários de soluções de tecnologia da informação do tjce, abrangendo a execução de rotinas periódicas, orientação e esclarecimento de dúvidas e recebimento, registro, análise, diagnóstico e atendimento de solicitações de usuários, sustentação à infraestrutura tecnológica e	2º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica

	gerenciamento de processos de ti						
N25030	Solução que contemple ferramenta de colaboração e produtividade	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da Infraestrutura Tecnológica
N25031	Consultoria individual em RPA	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho
N25032	Licenças do Power BI	1º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25033	Solução tecnológica de RPA	1º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho
N25034	Migrações: Família e Sucessões; Empresarial Recuperação; Infância e Juventude; Criminal	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Aprimoramento do PJe
N25035	Atualização Nova Versão PJe 2.7.1.0	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Aprimoramento do PJe
N25036	Evolução do Migrador - HOMOPROD	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Aprimoramento do PJe
N25037	Soluções PDPJ	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Aprimoramento do PJe
N25038	Fluxos de Tramitação - 1º e 2º grau	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Aprimoramento do PJe
N25039	TJCE MOBILE (novas funcionalidade)	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento
N25040	Piloto Agrupamento de Atos Similares (MIDAS)	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Inteligência artificial na prestação jurisdicional
N25041	Piloto Prescrição Intercorrente	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Inteligência artificial na prestação jurisdicional
N25042	Expansão Berna para novas competências	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Inteligência artificial na prestação jurisdicional
N25043	Piloto PREVENÇÃO E CONEXÃO	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Inteligência artificial na prestação jurisdicional

N25044	Desenvolvimento de Robôs	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho
N25045	Hackathon de inovação (chamamento de startups para apresentarem soluções tecnológicas a uma temática a ser definida)	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação
N25046	Aquisição de Auditoria AD	Não Definido	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação
N25047	Revisão dos processos de SI	Não Definido	INFRAESTRUTURA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação
N25048	Aquisições recomendadas pelo BID para o SOC	Não Definido	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação
N25049	Expansão do piloto de predição de riscos	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Fortalecimento do Enfrentamento à Violência Doméstica
N25050	Implantação da DDM online em Maracanaú	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Fortalecimento do Enfrentamento à Violência Doméstica
N25051	Outras versões da Plataforma de apoio à mulher no TJCE Mobile	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Fortalecimento do Enfrentamento à Violência Doméstica
N25052	Automação da atermação (Formulário eletrônico para protocolar direto no PJe)	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Juizados Especiais
N25053	Qualidade da atermação: permitir ser feita por áudio com	Não Definido	Diretoria PJe	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Juizados Especiais

	transcrição e IA						
N25054	Sumarizador de processos	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista Chefe
N25055	Classificador de Assuntos	Não Definido	Diretoria IA	PRESIDÊNCIA IA	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista Chefe
N25056	Classificador de Petição Inicial	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista Chefe
N25057	Busca Ativa de Jurisprudência	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista Chefe
N25058	Classificador de Documentos	1º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	PRESIDÊNCIA IA	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista Chefe
N25059	Grafo de Legislação (Indexação de Atos Normativos)	Não Definido	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista Chefe
N25060	Desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR	Não Definido	SISTEMAS	SUPJUD	Projeto Estratégico	NÃO	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito
N25061	Sistema de gestão acadêmica- Esmec	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Programa de desenvolvimento de pessoas
N25062	Revitalização de ambiente virtual de aprendizagem para EAD	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Programa de desenvolvimento de pessoas
N25063	Aquisição de DataCenter	Não Definido	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	NÃO	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25064	Solução Omnichannel	Não Definido	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25065	Solução de Gestão de Demandas	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25066	Solução ITSM	Não Definido	INFRAESTRUTURA	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25067	Ferramenta lowcode	2º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SETIN	Plano de Ação	SIM	-
N25068	Módulo Gestão das contratações	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Desenvolvimento Lowcode
N25069	Módulo Gestão de Pessoas	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Desenvolvimento Lowcode
N25070	Módulo Gestão Patrimonial	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Desenvolvimento Lowcode
N25071	Módulo Gestão de Custos	Não Definido	SISTEMAS	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Desenvolvimento Lowcode
N25072	Norma de Tratamento	1º	INFRAESTRUTURA	SETIN	Projeto	NÃO	Aprimoramento das

	e Classificação da Informação	SEMESTRE/2025			Estratégico		políticas ferramentas de segurança da informação
N25073	Robô Distribuidor SEEU	2º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho
N25074	Desenvolvimento de Tela de Consulta de Prevenção (SCPU)	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SUPJUD	Plano de Ação	NÃO	-
N25075	Implantação do classificador de assuntos no PJE	1º SEMESTRE/2025	Diretoria PJe	PRESIDÊNCIA IA	Projeto Estratégico	NÃO	Cientista-Chefe
N25076	Infraestrutura para o Portal do TJCE e Pje	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Projeto Estratégico	NÃO	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25077	Modelo IA - Expansão Modelos Precedentes - Primeiro Grau	2º SEMESTRE/2025	Diretoria IA	PRESIDÊNCIA IA	Projeto Estratégico	NÃO	Inteligência artificial na prestação jurisdicional
N25078	Diário da Justiça - Integração do SAJ com o DJE Nacional	1º SEMESTRE/2025	SISTEMAS	SUPJUD	Projeto Estratégico	NÃO	Modernização da infraestrutura tecnológica
N25079	Painel BI de Pessoal de TIC	1º SEMESTRE/2025	GOVERNANÇA	SETIN	Setorial	NÃO	-
N25080	Painel BI de Demandas de TIC	1º SEMESTRE/2025	GOVERNANÇA	SETIN	Setorial	NÃO	-
N25081	Certificados Digitais	1º SEMESTRE/2025	INFRAESTRUTURA	SETIN	Setorial	SIM	-

11. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO*

¹Vide anexo único a este documento.

²Valores do Planejamento Orçamentário Anual são diferentes do Plano de Execução Financeiro. Neste Plano estão as ações planejadas.

12. PLANO DE CAPACITAÇÃO*

PLANO DE CAPACITAÇÃO DE TI

Capacitação	Objetivo Estratégico	Objetivo de Contribuição da SETIN	Público-alvo	Período
Plataforma de curso online em Tecnologia da Informação - ALURA	Aprimorar a Gestão de Pessoas	Reconhecer e desenvolver as competências dos Colaboradores da Setin	Servidores lotados na SETIN	1º e 2º semestre
Capacitação de Engenharia de Inteligência Artificial 4.0	Fortalecer a Inteligência de Dados e a Segurança da Informação	Prover Soluções de Inteligência de Dados para subsidiar a gestão institucional	Servidores lotados na SETIN que desenvolvem ações voltadas a Inteligência Artificial.	2º semestre
Tecnologias para PDPJ: Arquitetura de Software; DevOps	Prover Soluções de TIC Inovadoras e Integradas para a Transformação Digital	Desenvolver Soluções inovadoras, amigáveis e eficazes de TIC para a transformação digital	Servidores da Setin (essencialmente das áreas de desenvolvimento de sistemas)	1º semestre
Curso: Básico/Avançado em Tratamento e Resposta a incidentes de Redes computacionais	Fortalecer a Inteligência de Dados e a Segurança da Informação	Proporcionar Segurança, disponibilidade e confiabilidade as informações dos sistemas, plataformas e ferramentas institucionais.	Servidores da equipe de Tratamento e Resposta a incidentes de Redes computacionais (ETIR)	1º e 2º semestre
Curso: Cybersecurity Essential	Fortalecer a Inteligência de Dados e a Segurança da Informação	Proporcionar Segurança, disponibilidade e confiabilidade as informações dos sistemas, plataformas e ferramentas institucionais.	Servidores da Setin	1º e 2º semestre

Treinamento de Conscientização (programa de cultura e conscientização em segurança da informação através de treinamentos educativos continuados e phishing simulado) - Aquisição de Software	Fortalecer a Inteligência de Dados e a Segurança da Informação	Proporcionar Segurança, disponibilidade e confiabilidade as informações dos sistemas, plataformas e ferramentas institucionais.	Servidores do TJCE	1º e 2º semestre
Workshop Desvendando a Inteligência Artificial: Dos Fundamentos à Engenharia de Prompt	Fortalecer a Inteligência de Dados e a Segurança da Informação	Prover Soluções de Inteligência de Dados para subsidiar a gestão institucional	Servidores da Setin	1º semestre

13. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Os fatores críticos de sucesso de referem às condições que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTIC alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento de aperfeiçoamento da governança do órgão. Nesse contexto, foram identificados os principais fatores críticos:

- Envolvimento do Comitê Gestor de TI – CGTI no acompanhamento e decisões das ações de TI do TJCE;
- Apoio da alta direção do TJCE;
- Comprometimento das áreas da Setin, responsáveis pela execução das ações propostas no PDTIC e na prestação de informações sobre o seu andamento à área de Governança;
- Maior aproximação da Setin com as áreas de negócio do TJCE;
- Disponibilidade de recursos orçamentários e humanos proporcionais aos desafios propostos no PDTIC.

14. CONCLUSÃO

A Setin desempenha um papel estratégico no TJCE, atuando em conjunto com as demais Secretarias no sentido de promover o apoio tecnológico necessário para subsidiar as atividades finalísticas do órgão. O PDTIC é um documento de extrema importância, pois traduz o planejamento das ações de TI do TJCE anualmente, visando ao alcance das metas e objetivos institucionais.

Vale ressaltar o caráter dinâmico do PDTIC, de modo que ao longo da sua vigência, serão necessárias atualizações e revisões que deverão ser aprovadas pelo CGTI. Durante a validade bianual do PDTIC ocorrerá no mínimo uma revisão por ano. Atualizações e demandas excepcionais deverão ser encaminhadas ao CGTI para avaliação e discussão.

Por fim, destacamos que a implementação das ações previstas neste PDTIC importará a realização de gastos orçamentários a serem utilizados para a modernização da infraestrutura, dos sistemas e dos processos de TI e para a capacitação dos servidores nas novas tecnologias, essencialmente as que estão em tendência e que são promissoras para o Poder Judiciário cearense. Essas ações serão cruciais para a otimização dos processos de trabalho das áreas de negócios e a disponibilização de novas funcionalidades e serviços de TI, bem como o provimento de soluções de TI com maior celeridade, confiabilidade e segurança.

**Os planos presentes neste documento são referentes ao exercício 2025.*